



Trabalho (no) Feminino: (1850-1926) - Histórias dos Açores



Especial
25 de Abril

Mulheres Singulares

As primeiras deputadas à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - I Legislatura (1976 - 1980) - Em conformidade com o primeiro Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, publicada em *Diário da República*, I Série, n.º 179), o regime autonómico visava a participação democrática, dos cidadãos, nas instituições regionais e nos órgãos de governo próprios da região (artigos 2.º e 3.º). Apraz-nos, pois, registar e homenagear as primeiras 8 mulheres eleitas como deputadas à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ainda que representassem somente 11,7% do total de deputados na mesma legislatura.

Destaque especial merece-nos **Maria Susete de Andrade Mendonça de Oliveira (1953- 2008)**. Natural do concelho de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, foi a mais jovem deputada da Assembleia Legislativa Regional, empenhada na salvaguarda do papel da mulher e dos seus direitos, na sociedade de então. Eleita, em 1976, pelo Partido Socialista, contava apenas 23 anos de idade. Tinha o Curso Geral do Comércio e era profissional de seguros. No seu mandato, fez parte das Comissões de Organização e Legislação, de Assuntos Políticos e Administrativos e de Assuntos Económicos e Financeiros.



► Maria Susete de Oliveira

concelho das Lajes do Pico. Professora de profissão, exerceu o mandato em 1977, por um período muito curto, em substituição de um deputado que renunciara ao cargo. Integrou a Comissão de Organização e Legislação.

Algumas das deputadas pioneiras, prosseguiram a sua atividade parlamentar em legislaturas seguintes. Foi o caso de **Maria Regina Vieira Fortuna Faria Ribeiro**, do Partido Social Democrata, eleita pelo círculo do Faial. Natural de Santa Cruz das Flores, tinha o curso complementar dos Liceus e o Magistério Primário. Exerceu funções na I legislatura, durante um ano, e na II, de 1983 a 1984, com algumas interrupções. A mariense **Maria da Conceição Bettencourt Medeiros (1922-2011)**, cumpriu todo mandato da I legislatura e, parcialmente, nas II e III. Natural de Vila do Porto, era licenciada em Direito e exerceu como conservadora/notária. Eleita pelo Partido Socialista, foi vice-presidente do respetivo Grupo Parlamentar e integrou diversas comissões, como as de Assuntos Económicos e Financeiros e Assuntos Sociais.

Adelaide Maria Medina Teles, eleita, aos 41 anos, pelo círculo da Graciosa, de onde era natural, foi membro do Partido Social Democrata e cumpriu os mandatos da I, II, III e IV legislaturas. Tinha o curso do Magistério Primário e integrou várias Comissões, entre elas a dos Assuntos Sociais, da qual foi relatora e secretária. Figura conceituada da sociedade graciosense, foi presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz e membro da comissão política do seu partido. Também do PSD, era **Maria de Fátima da Silva Oliveira**, natural das Velas, ilha de S. Jorge. Foi eleita, em 1976, exercendo funções parlamentares até 1979, pois, no ano seguinte, veio a tornar-se Secretária Regional dos Assuntos Sociais, do II Governo. De volta à Assembleia, cumpriu integralmente os mandatos da II e V legislaturas. Foi eleita pelos círculos da Terceira e de S. Jorge e pertenceu a diferentes comissões, como a Comissão Eventual para o Estudo da Pornografia, Alcoolismo, Prostituição e Droga (I Legislatura). Exerceu numerosos cargos como o de presidente e relatora de diferentes comissões e adjunta para os Serviços de Emigração.

Na sequência da viragem democrática propiciada pelo 25 de abril de 1974, todas estas mulheres açorianas, dedicadas à vida política e à causa pública, rasgaram caminhos que viriam a ser trilhados por outras mulheres, num mundo que (ainda) persiste maioritariamente masculino.

Fontes principais: <http://www.alra.pt/index.php/deputados/deputados> e *Biografias dos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 1976-2007*, Nova Gráfica, 2007.

Susana Serpa Silva

Recomendamos a leitura

A presença da mulher na esfera política revela-se um assunto, sem dúvida, merecedor de atenção e estudo, assim sendo recomendamos ao leitor as seguintes obras.

O livro *Mulheres e Eleições*, coordenado pelos historiadores Ana Paula Pires, Fátima Mariano e Ivo Veiga, de 2019, conta com a colaboração de diversos autores, e aborda diversas temáticas sobre a realidade feminina no mundo político, desde a luta pelo sufrágio feminino/luta pela igualdade até à participação e representação política feminina, no contexto de Portugal e de Espanha.

Merece destaque, também, Maria de Lourdes Pintasilgo, a única mulher em Portugal, até ao momento, a desempenhar o cargo de Primeira-Ministra. Neste sentido, Luísa Beltrão e Barry Hutton são autores da obra *Uma História para o Futuro - Maria de Lourdes Pintasilgo*, de 2007, com o objetivo de dar a conhecer, ao público, a sua história de vida.

A própria Maria de Lourdes Pintasilgo foi autora de diversas obras. Sendo defensora dos direitos das mulheres era comum debruçar-se sobre a condição feminina e as contribuições das mulheres para a sociedade, como forma de combater pela igualdade de género, como é o caso do livro *Novos Feminismos: interrogação para os cristãos?* de 1981.

Boas leituras!

Bruna Valério



Sabia que...

A participação política e a participação em cargos de chefia empresarial são, provavelmente, as vertentes nas quais a igualdade se revela mais difícil de atingir. Ao longo das legislaturas em Portugal, por exemplo, a presença feminina tem vindo a aumentar, mas está longe de ser igualitária, passando de 5,7% (1976-1979), para 21,3% (2005-2009), para 33% (2015-2019) e finalmente para 38,7% (2019-atual) no que respeita à taxa de feminização na Assembleia da República. Importa salientar que, Ana Luís, foi a primeira mulher presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, nas X e XI Legislaturas (2012-2020), mas no caso da Região Autónoma dos Açores, verificamos que a taxa de feminização na Assembleia Legislativa tem sido mais baixa quando comparada com a taxa em Portugal Continental. Em 1976-1980 foi de 11,6%, mas entre 1980-1984 e 1992-96 não ultrapassou os 7%. Em 2004-2008 passa para 11,5%, em 2012-16 sobe para 26,3% e em 2020 tomam posse 15 mulheres num total de 57 deputados correspondendo a uma taxa de feminização de 26,3%. Na Assembleia Legislativa da Madeira também não foi ultrapassada a taxa de feminização de 29,8% (2019-atual), mesmo existindo uma lei da paridade em Portugal.

No que respeita à taxa de feminização do XII Governo Constitucional (2019 até à data), existem atualmente, 19 ministros (9 mulheres, 47,4%) e 50 secretários de Estado (18 mulheres, 36%). Note-se que, no Governo Regional dos Açores (GRA), nunca houve uma mulher presidente, nem vice-presidente, nem representante da República na Região e, se em 1980-1984 apenas existia uma mulher no GRA (9,1%) entre 1984 e 1995 não havia nenhuma. Mesmo em 2020, com 1 presidente e 1 vice-presidente, 10 secretários e 1 subsecretário, são apenas 3 as mulheres secretárias (27,3%).

Quanto à taxa de feminização de eleitos/as para as presidências de Câmara a nível nacional, foram 1,6% de mulheres (1993), 7,5% (2013) e, em 2017 (atual), foram apenas 32 as mulheres eleitas no total de 308 municípios (10,4%). No contexto dos Açores, verifica-se que, em 19 municípios, apenas um tem uma mulher como presidente de Câmara eleita em 2017 (5,3%).

Como se compreende, a Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político (publicada em 2006 e revista em 2017 e 2019) ainda tem um longo percurso para ser atingida uma efetiva paridade de género.

Daniela Soares
Nzinga Oliveira